



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

VIRGÍNIA CORDEIRO BARACUÍ

A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

Brasília
2010

VIRGÍNIA CORDEIRO BARACUÍ

A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

Projeto de monografia apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como uma das atividades programadas pelo módulo Metodologia Científica do Curso de Direito Processual Civil Aplicado à Atividade Profissional dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça.

Orientador: Prof. Carlos Orlando Pinto

Brasília
2010

VIRGINIA CORDEIRO BARACUÍ

A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil aplicado à atividade profissional dos servidores do Superior Tribunal de Justiça.

Orientador: Prof. Carlos Orlando Pinto

Brasília, 8 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. André Pires Gontijo

Prof. Dr. Einstein Lincoln Borges Taquary

**Ao meu filho Marcello por ser a inspiração e
a força para tudo que eu faço.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho, desde os funcionários da Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça até os meus colegas de Gabinete, que tantas opiniões deram para escolher o meu tema e os rumos da pesquisa.

Aproveito para fazer um agradecimento especial ao Dr. André Brawerman, Procurador do Estado de SP, Professor da PUC/SP de Direito Constitucional, colega assessor no Superior Tribunal de Justiça, que ajudou na revisão do trabalho, com opiniões que foram essenciais para sua conclusão. A ele o meu muito obrigado.

RESUMO

A legislação processual civil brasileira vem adquirindo novos contornos desde a sua entrada em vigor em 1973. Uma continua e lenta reforma da legislação processual vem se aprimorando, principalmente na década de 90, com a procura de dar maior eficácia às decisões judiciais, acabando com a divisão entre processo de conhecimento e execução, dando maior vigor às medidas coercitivas de recuperação do capital investido pelo credor. Marco histórico desta evolução é a introdução na Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, do princípio da celeridade processual, que determina a duração razoável do processo. A partir deste princípio busca-se no Brasil uma nova etapa da efetividade jurisdicional, a da concretização dos direitos reconhecidos pelo Poder Judiciário. E para isso, inexistindo o pagamento voluntário, utiliza-se a execução forçada, cada dia mais eficaz em nosso país. Este trabalho tem por objetivo a análise dessa evolução e seus reflexos na jurisprudência.

Palavras-chave: Processual civil. Efetividade. Execução. Nova legislação. Evolução na jurisprudência.

ABSTRACT

The Brazilian civil procedural law has acquired new dimensions since its entry into force in 1973. Remains a slow and procedural law reform has been improving, especially in the 90's, with the demand to give greater effect to judicial decisions, ending the division between knowledge and implementation process, giving greater force to coercive measures to recover the capital invested by the lender. Landmark developments is the introduction of the Federal Constitution, in art. 5, item LXXVIII, the principle of speedy trial, which determines the reasonable duration of proceedings. From this principle we seek to Brazil in a new era of judicial effectiveness, the achievement of the rights recognized by the judiciary. And for that, lacking the voluntary payment, we use enforcement, becoming increasingly effective in our country. This study aims to examine this evolution and its consequences in law.

Keywords: Civil procedure. Effectiveness. Enforcement. New legislation. developments in law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO	12
1.1 Teoria Geral da Execução – breves considerações	13
1.2 PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO	15
1. 2.1 Princípio da Efetividade da Execução Forçada.	16
1. 2.1.1 Meios de Coerção.	20
1.2.2 Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado (ou da menor onerosidade da execução)	23
1.2.3 Princípio da Cooperação.	26
1.2.3 Princípio da Proporcionalidade.....	27
2. A EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO E AS RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC ...	28
2.1 Do cumprimento voluntário da condenação	29
2.2 Da nomeação de bens à penhora.	33
3. EVOLUÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.	39
3.1 Não aceitação da “garantia” pelo exequente.....	39
3.2 Penhora de dinheiro.	41
CONCLUSÕES	45

INTRODUÇÃO

A legislação processual civil brasileira vem adquirindo novos contornos desde a sua entrada em vigor em 1973. Uma continua e lenta reforma da legislação processual vem se aprimorando, com início na década de 90, aprimorando-se no início do novo milênio, buscando dar maior eficácia às decisões judiciais, acabando com a divisão entre processo de conhecimento e execução, dando maior vigor às medidas coercitivas de recuperação do capital investido por meio de ações judiciais.

O custo Brasil, jargão usado na imprensa política e econômica do país, significa o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem o investimento no Brasil, dificultando o desenvolvimento nacional, aumentando o desemprego, o trabalho informal, a sonegação de impostos e a evasão de divisas. Por isso, é apontado como um conjunto de fatores que comprometem a competitividade e a eficiência da economia nacional.¹ Dentro deste contexto, a demora na concretização do direito do credor representa – dentre outras coisas - um aumento na taxa de juros no Brasil, que contribui para a dificuldade de crescimento econômico do país.

A modificação da legislação processual, e , principalmente a interpretação das normas que dão eficácia às decisões judiciais pela jurisprudência brasileira, denotam que a efetividade da execução é resultado de uma nova política brasileira, seja legislativa (com a proposta de projetos de leis para agilização da execução), seja jurisdicional, com a evolução da interpretação normativa, muito mais benevolente ao credor.

¹ REHDER, Marcelo. Custo Brasil, uma sobrecarga de 36%. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de março de 2010. Disponível em: <http://www.economia.estadao.com.br>. Acesso em: 7 set. 2010.

Marco histórico desta evolução é a introdução na Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, do princípio da celeridade processual, que determina a duração razoável do processo. A partir deste princípio busca-se no Brasil uma nova etapa da efetividade jurisdicional, a da concretização dos direitos reconhecidos pelo Poder Judiciário. E para isso, inexistindo o pagamento voluntário, utiliza-se a execução forçada, cada dia mais eficaz em nosso país.

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo destaca a efetividade da execução, traçando as linhas da Teoria Geral da Execução, para melhor explicar os princípios que envolvem esta etapa processual.

Assim, no *primeiro capítulo*, aborda-se o Princípio da efetividade da execução; da menor onerosidade, da cooperação; e da proporcionalidade, todos eles voltados à Teoria Geral da Execução, sempre acompanhado de autorizada doutrina nacional, em especial dos professores Fredie Didier Jr e Luiz Guilherme Marinoni.

No *segundo capítulo* destaca-se as recentes alterações do Código de Processo Civil, em especial as Leis n. 11.232, de 2005 e a Lei n. 11.382, de 2006, que trouxeram novidades como o incentivo ao cumprimento voluntário da condenação civil e a possibilidade da penhora “on line”.

No *terceiro* e último capítulo, apresenta-se a evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fazendo um comparativo entre os julgados anteriores às leis retro mencionadas, com os julgados posteriores.

Conclui-se, após exaustiva pesquisa que todos os Poderes (Executivo,

Legislativo e Judiciário) estão empenhados em dar máxima efetividade às decisões judiciais. É esse o mote deste trabalho, mostrar as alterações legislativas e sua aplicação no Superior Tribunal de Justiça, possibilitando uma maior efetividade das decisões judiciais.

1 EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO

Nas recentes alterações legislativas e políticas brasileira, destaca-se o intuito de dar maior efetividade as decisões judiciais. Há bem pouco tempo, era comum o jargão do “ganhou a causa mais não levou”. Dentre o universo jurídico brasileiro, acostumava-se com duas ações judiciais em uma única causa, a ação de conhecimento e outra de execução. O difícil, imagino, era explicar ao cliente do escritório de advocacia que ele havia vencido o conhecimento do direito, mas que ainda deveria suportar mais uma longa jornada de execução deste direito.

Neste sentido, os poderes constituídos do Brasil, Executivo, Legislativo e Judiciário vêm se empenhando para dar maior efetividade às decisões judiciais, seja encurtando o processo, acabando com duas fases processuais distintas (conhecimento e execução, onde agora não se fala mais em “sentença terminativa, mas sim “resolução de mérito” ²), seja traçando metas de desempenho do Poder Judiciário, para dar correta aplicabilidade ao direito fundamental “à duração razoável do processo – art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal.

Destaca-se também as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, que a todo o momento cobra do Poder Judiciário maior agilidade das decisões, propondo sempre novas metas para a solução dos processos, como por exemplo, julgar todos os processos de determinado ano (em 2009 a meta sugerida era a de resolução dos processos datados de 2005).

² CPC: “Art. 162. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. ~~§ 4º Sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.~~ § 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei. (...) Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005) (...) Art. 269. Haverá resolução de mérito: (...)”

Assim, é visível a evolução das leis e jurisprudência brasileira tendentes a dar maior efetividade às decisões judiciais.

É este o objetivo deste trabalho, evidenciar esta evolução interpretativa do processo civil brasileiro, utilizando como paradigma a execução civil das decisões judiciais.

A outrora supervalorização do artigo 620 do CPC que adota o princípio da “execução menos gravosa ao devedor” e, via reflexa, com estímulo à inadimplência.³ Passa a ser revista com a novel legislação processual, que permite, inclusive, o eficaz sistema de “penhora *on line*”, que muito tem contribuído para a efetividade da execução.⁴

1.1 Teoria Geral da Execução – breves considerações

Cândido Rangel Dinamarco conceitua execução como sendo o “conjunto de atos estatais através de que, com ou sem o concurso da vontade do devedor (e até contra ela), invade-se seu patrimônio para, à custa dele, realizar-se o resultado prático desejado concretamente pelo direito objetivo material”.⁵

A execução civil é a concretização do direito, seja com a vontade, ou contra a vontade do devedor, é a satisfação concreta de um direito de crédito,

³ Cândido Rangel Dinamarco diz a respeito de uma nova categoria de direito, o direito de ser inadimplente, isto porque “não se pode chegar ao absurdo de buscar a preservação do devedor a todo custo, mormente quando isto implica na inefetividade do direito material do credor.” Dinamarco, Cândido Rangel. **Execução Civil**, 5ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 115.

⁴ CPC: “Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.” (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

⁵ DINAMARCO, 1997. p. 120.

através da invasão do patrimônio do devedor (lato senso, abrangendo, inclusive terceiros, como o fiador).

A execução forçada é a genuína substituição da vontade das partes, pela força estatal, fazendo valer a aplicação concreta da lei.

Neste passo, vale destacar, ainda que “an passant” a oportunidade que se dá ao devedor de pagar o débito voluntariamente, sob pena de não o fazendo, acrescer em 10% (dez por cento) o valor da dívida.⁶ Estimulando, assim, o pagamento “espontâneo” do devedor.

Assim, como mecanismo de forçar a execução do direito, o Código de Processo Civil prevê, por exemplo, a penhora dos bens, a expropriação em hasta pública, as *astreintes* (multas diárias pelo atraso no cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer), prisão civil do devedor de alimentos, força policial para desocupação de imóvel.

Dinamarco ensina que a execução é “módulo processual de desfecho único” pois seu desfecho normal só se dará quando satisfeito o direito material do exeqüente.⁷

A execução no processo civil brasileiro, com o advento da Lei n. 11.232/2005, passou a ser considerado um prolongamento do processo de conhecimento, trazendo em seu bojo a simplificação do sistema executivo

⁶ CPC: “Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação”. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

⁷ DINAMARCO, 1997, p. 151.

brasileiro, possibilitando que a tutela jurisdicional plena seja obtida mais rapidamente.⁸

Vê-se, hoje, a execução como mero complemento da atividade cognitiva.

A fase do “cumprimento da sentença” constitui um desdobramento natural do final da relação processual da fase de conhecimento. Não há mais uma fase de “execução autônoma”, como conhecido no passado. É exatamente esta a intenção da Lei n. 11.232/2005, conforme extraímos da exposição de motivos da referida lei, em seu item 5, b, que explica:

"a 'efetivação' forçada da sentença condenatória será feita como etapa final do processo de conhecimento, após um tempus iudicati, sem necessidade de um 'processo autônomo' de execução (afastam-se princípios teóricos em homenagem à eficiência e à brevidade); processo 'sincrético' no dizer de autorizado processualista".

Com efeito, a sentença de mérito não mais extingue o processo de conhecimento, apenas resolve o mérito (art. 269, caput, CPC, alterado), passando, a partir daí, a concretizar o direito reconhecido pela sentença.⁹

1.2 PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO

Evidente que todos os princípios estudados no processo civil são aplicados ao processo executivo.

⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 145.

⁹ CPC: “Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo”. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Da cláusula geral do “devido processo legal” pode-se extrair todos os princípios que regem o direito processual.¹⁰ Com efeito, decorre do art. 5º da Constituição Federal o princípio do devido processo legal e o princípio da efetividade, previsto no art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal, que garantem o direito fundamental à tutela executiva, que consiste “na exigência de um sistema completo de tutela executiva, no qual existam meios executivos capazes de proporcionar pronta e integral satisfação a qualquer direito merecedor de tutela executiva”.¹¹

Esta pesquisa ressalta dois princípios que devem conviver em harmonia no sistema executivo, a efetividade da execução e a menor onerosidade ao devedor.

1. 2.1 Princípio da Efetividade da Execução Forçada.

Cuida-se de mera aplicação do princípio da efetividade do processo.

A execução forçada só será efetiva quando se revelar capaz de assegurar ao titular daquele direito exatamente aquilo que ele tem direito de conseguir.¹²

Os direitos devem ser reconhecidos, efetivados. “Processo devido é processo efetivo”.¹³

¹⁰ DIDIER Jr, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**, JusPODIVM, 2010, p. 47.

¹¹ DIDIER, 2010. p. 48

¹² CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Bookseller. 2008, vol. II, p. 46.

Assim, na execução por quantia certa, o processo de execução só será efetivo se for capaz de assegurar ao exeqüente a soma em dinheiro a que faz jus. Da mesma forma, na execução para entrega de coisa, a efetividade do processo depende de sua aptidão para garantir que o exeqüente recebe a coisa que lhe é devida.

É a garantia constitucional de uma prestação jurisdicional célere, adequada e eficaz.

Ensina Fredie Didier Jr. que é necessário partir da premissa de que “existe um direito fundamental à tutela executiva para a solução de diversos problemas oriundos do procedimento executivo, principalmente aqueles relacionados à aplicação das regras de proteção do executado”.¹⁴

Nas obrigações de fazer e de não fazer, há que se tecer algumas observações complementares. Em princípio, a execução de obrigação de fazer só seria efetiva se proporcionasse ao exeqüente o resultado prático esperado em razão do cumprimento da prestação devida. Mas, na pior das hipóteses, fica-se com as reparações pecuniárias fixadas pelo juízo, com a conversão da obrigação de fazer por execução por quantia certa, ou a escolha de um terceiro para realizar a prestação as expensas do executado e, mais uma vez, a execução se converte em execução por pecúnia. De igual sorte, a execução de obrigação de não fazer, onde a solução é idêntica a da obrigação de fazer.

De toda sorte, o sistema brasileiro optou pela “execução específica”, em que busca assegurar ao titular do direito precisamente aquilo a que ele tem

¹³ CHIOVENDA, 2008, p. 46.

¹⁴ DIDIER, 2010. p. 47.

direito.¹⁵ Apenas, em caráter excepcional, admite-se a “execução genérica”, em que o credor é levado a se contentar com um substitutivo pecuniário, em vez de receber aquilo a que faria jus, conforme o direito substantivo.

Com efeito, a execução, em regra, deve ser específica, ou seja, propiciar ao credor a satisfação da obrigação tal qual houvesse o cumprimento espontâneo da prestação pelo devedor.

Neste sentido, o art. 461, parágrafo 1º é claro ao dispor que “a obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.”

Importante mecanismo de efetivação executiva foi introduzido pelo parágrafo 5º, do art. 461 do Código de Processo Civil, ao dispor que “para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.” (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002)

É o chamado “poder geral de efetivação”. Com efeito, muitas vezes não existe uma medida específica que o credor pode requerer para satisfazer o seu débito, há que se adequar, no caso concreto, todos os mecanismos de coerção que se tem disponível na legislação processual, para tornar efetivo o direito postulado. O dispositivo citado lança um rol meramente exemplificativo das medidas executivas que podem ser adotadas pelo magistrado, outorgando-lhe

¹⁵ DINAMARCO, 1997, p. 316.

poder para utilizar a providência que entender necessária à efetivação da decisão judicial.

Na opinião de Fredie Didier Jr. “a execução é um dos ambientes mais propícios para a prática de comportamentos desleais, abusivos ou fraudulentos. É, portanto, campo fértil para a aplicação do princípio da boa-fé processual.”¹⁶

Neste sentido, é notório que muitas vezes os executados utilizam o processo como mecanismo de procrastinar o pagamento dos débitos, possibilitando inclusive que o “fator tempo” acabe por acarretar um bom acordo para o devedor. Interessante adjetivo levantou a Juíza Federal para tal conduta, rotulando-a de “assédio processual”, *verbis*:

"Praticou a ré 'assédio processual', uma das muitas classes em que se pode dividir o assédio moral. Denomino assédio processual a procrastinação por uma das partes no andamento de processo, em qualquer uma de suas fases, negando-se a cumprir decisões judiciais, amparando-se ou não em norma processual, para interpor recursos, agravos, embargos, requerimentos de provas, petições despropositadas, procedendo de modo temerário e provocando incidentes manifestamente infundados, tudo objetivando obstaculizar a entrega da prestação jurisdicional à parte contrária." (Mylene Pereira Ramos, Juíza Federal, da 63ª Vara do Trabalho, da Seção Judiciária da Comarca de São Paulo, in processo nº 02784200406302004)

Para evitar esse “assédio processual”, essas condutas desleais, abusivas e fraudulentas, a legislação processual dotou o sistema jurídico de mecanismos de coerção para a rápida e efetiva concretização do direito do exeqüente, conforme estudaremos no tópico seguinte.

¹⁶ DIDIER, 2010, p.50

1. 2.1.1 Meios de Coerção.

Tanto na obrigação de fazer, como na obrigação de não fazer, os meios executivos incidem, apenas, sobre o patrimônio do executado em razão de ser impossível constranger alguém a prestar um fato. Resolve-se, neste último caso, em perdas e danos, ou seja, em prestação em pecúnia.

Os meios de coerção são mecanismos de pressão psicológica sobre o executado, como forma de obter dele o cumprimento da obrigação devida.

Assim, por exemplo, os arts. 461 e 645 do Código de Processo Civil determinam a aplicação de multa periódica pelo atraso no cumprimento da prestação. A origem remonta o Direito francês, onde recebeu a denominação de *astreintes*.¹⁷

Denomina-se *astreintes* a multa periódica pelo atraso no cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, incidente em processo executivo, que cumpre a função de pressionar psicologicamente o executado, para que cumpra sua prestação.¹⁸

Não se confunde *astreintes* com perdas e danos, uma vez que a função desta é reparar o dano causado pelo não-cumprimento da obrigação, enquanto aquela multa pecuniária tem o objetivo de constranger o executado a realizar a prestação devida. Neste sentido, determina expressamente o art. 461, §

¹⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 240

¹⁸ Idem, p. 241.

2º do Código de Processo Civil que “A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa”.¹⁹

A coerção exercida pela *astreintes* pode ser aplicada pelo juiz de direito, ainda que não haja pedido expresso do exeqüente, conforme art. 461, § 4º do Código de Processo Civil:

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

Mas, sem desviar do propósito do trabalho, que é demonstrar a evolução das armas colocadas à disposição do exeqüente para fazer valer o seu direito, voltemos aos diversos mecanismos de coerção existentes da legislação pátria, em especial nas execuções por quantia certa contra devedor – teoricamente – solvente.

A finalidade da execução de pagar quantia certa, segundo a terminologia do Código de Processo Civil, é a de “expropriar bens do devedor” (art. 646, CPC).

O cumprimento da sentença pode se dar espontaneamente, com as benesses legais, como por exemplo, não pagar a multa de 10% (dez por cento), prevista no art. 475-J do CPC:

Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

¹⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009, p. 241.

Não o fazendo, “expedir-se-á mandado de penhora e avaliação”.

Com o advento da Lei 11.232/2005, passou a ser desnecessária a citação do executado, bastando a mera intimação para cumprimento da obrigação e, não o fazendo, faz-se a penhora.

Esclareço que a multa prevista no art. 475-J do CPC não incide de forma automática, sendo necessário o exercício de atos pelo credor para o regular cumprimento da decisão condenatória. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário, o não pagamento em quinze dias contados da intimação do devedor na pessoa do advogado implica incidência da referida sanção processual²⁰.

Ressalto que, o termo inicial do prazo para incidência da referida penalidade é a publicação da intimação do executado na pessoa de seu advogado para pagamento dos valores apontados pelo credor, e não a data do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Frize-se, também que o exeqüente pode, “indicar desde logo os bens a serem penhorados”.

Conforme determina o art. 475-J, do Código de Processo Civil, “do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, no prazo de quinze dias.”

²⁰ Recurso Especial Nº 1.135.427 - RS (2009/0069411-4), 4ª Turma, Relator Ministro João Otávio de Noronha.

A impugnação não tem – em regra – efeito suspensivo, podendo o credor requerer a execução provisória dos bens penhorados. (Art. 475-M., CPC)

A expropriação não é o fim da execução, mas mecanismo para alcançar o verdadeiro fim, que é a integral satisfação do crédito exequendo.

Estes os mecanismos de coerção que devem ser ressaltados neste trabalho, para melhor compreensão do princípio da efetividade da execução. Em contrapartida, deve-se balancear tais instrumentos com o princípio geral da menor onerosidade ao executado, conforme enfoque abordado no tópico que se segue.

1.2.2 Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado (ou da menor onerosidade da execução)

Determina o artigo 620 do Código de Processo Civil que:

“Art. 620. Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.”

De início, é necessário entender o alcance da norma. Conforme ensina José Carlos Barbosa Moreira “a opção pelo meio menos gravoso pressupõe os diversos meios considerados sejam igualmente eficazes.”²¹ Dentre os vários instrumentos processuais aptos à garantir a efetividade da execução, deve-se escolher a via menos onerosa ao executado.

O princípio da menor onerosidade parte do pressuposto de que nem todo devedor é desidioso. A situação de devedor é causada por “vicissitudes da vida” e indesejável a qualquer pessoa. Nesta difícil situação pressupõe-se que o

²¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. “**Tendências na execução de sentenças e ordens judiciais**” **Temas de direito processual** – quarta série, São Paulo: Saraiva, 1989, p. 221.

sistema jurídico deva propiciar elementos para recuperação do devedor, possibilitando, por exemplo, a penhora não pode recair sobre bem que é capaz de garantir renda ao executado, pois, em última análise, propiciará a solvência do devedor por meio de esforço próprio, mediante o trabalho.

Lembra Sérgio Shimura que “a execução deve viabilizar o acesso à justiça ao credor, dando-lhe o que lhe é direito. Porém, a materialização desse direito deve ocorrer de forma equilibrada e humana, sendo vedados meios abusivos e injustos que levem o devedor à fome ou o transforme em um ‘sem teto’.”²²

Também neste sentido, protegendo-se um bem maior, alguns bens são impenhoráveis, como por exemplo,²³ os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao

²² SHIMURA, Sérgio. “O princípio da menor gravosidade ao executado”. **Execução Civil e cumprimento da sentença**, volume 2. Coordenadores Gilberto Gomes Bruschi e Sérgio Shimura. São Paulo: Médoto, 2007, p. 534

²³ CPC: “Art. 648. Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis. Art. 649. São absolutamente impenhoráveis: I - os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução; II - os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida; III - os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor; IV - os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, observado o disposto no § 3º deste artigo; V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão; VI - o seguro de vida; VII - os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas; VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família; IX - os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social; X - até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança. XI - os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político. § 1º A impenhorabilidade não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem. § 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia.” (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).”

sustento do devedor e sua família, dentre outros listados no art. 648 do Código de Processo Civil.

O princípio da menor onerosidade é aplicável em qualquer execução, seja fundada em título judicial ou extrajudicial, qualquer que seja a prestação executada (fazer, não-fazer, dar coisa ou dar quantia).

Tal princípio não pode ser considerado como “cláusula geral de proteção ao executado”²⁴. Trata-se, na verdade, de cláusula geral que tem a finalidade de impedir o “abuso do direito do exeqüente”, pois, como observa Didier “em vez de enumerar situações em que a opção mais gravosa revelar-se-ia injusta, o legislador valeu, corretamente, de uma cláusula geral para reputar abusivo qualquer comportamento do credor que pretender valer-se de meio executivo mais oneroso de outro igualmente idôneo à satisfação do crédito.”²⁵

No mesmo sentido Sérgio Shimura adverte que “o princípio da dignidade humana não serve de manto ao devedor caloteiro ou ao estelionatário, que se vale do processo única e exclusivamente para procrastinar indevidamente o pagamento da dívida ou enganar seus credores, obtendo vantagem indevida em detrimento daquele que ostenta justo título.”²⁶

E inexistente o direito à inadimplência, como acertadamente advertiu o Professor Candido Rangel Dinamarco.²⁷

Observa João Batista Lopes que “o devedor contumaz comemora o retardamento da prestação jurisdicional. A Fazenda Pública não tem interesse em cumprir precatórios. Há, na verdade, uma ‘cultura da procrastinação’, e os juízes

²⁴ DIDIER, 2010, p.56.

²⁵ DIDIER, 2010, p.57.

²⁶ SHIMURA, 2007, p. 535.

²⁷ DINAMARCO, 2007, p. 160

encontram dificuldade para aplicar a litigância de má-fé porque os recursos estão previstos na lei.”²⁸

Interessante observar, que a tendência contemporânea legislativa e jurisprudencial, é a de se penhorar dinheiro do executado, decorrente das recentes alterações do Código de Processo Civil e da Lei de Execuções Fiscais, que colocam o dinheiro, inclusive o provisionado em conta corrente, como o primeiro na ordem de preferência dos credores. E, ainda, no caso de silêncio do executado na nomeação de bens à penhora, o reconhecimento de conduta de “má-fé” processual, legitimando, ainda mais, a indicação de dinheiro em conta corrente para a garantia da execução, conforme evolução jurisprudencial que será comentada mais adiante, em capítulo próprio.

A propósito, “não é correta a interpretação que pretende extrair do texto normativo a impossibilidade de penhora de dinheiro, porque é sempre mais oneroso ao executado: a penhora de dinheiro é sempre mais favorável ao exeqüente, não existindo outro meio tão eficaz quanto ele.”²⁹

O princípio da menor onerosidade invariavelmente entra em colisão com o princípio da efetividade da execução, que vem sendo interpretada e dirimida, principalmente, perante o Superior Tribunal de Justiça.

1.2.3 PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO.

Importante destacar que o Código de Processo Civil prevê a manifestação do executado e exeqüente de forma a cooperar com o andamento

²⁸ LOPES, João Batista. **Sistema processual e efetividade da execução**. In: Revista de processo, v.33, n.156, p.325-330, fev., 2008, p. 327.

²⁹ DIDIER, 2010, p.57

da execução. Assim, no art. 600, IV, do Código de Processo Civil está previsto que:

Art. 600. Considera-se atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que: (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

IV - intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

De igual forma, ao credor cabe apresentar o valor da execução, apresentando desde logo o valor que reputa devido, nos termos do art. 475-B do CPC.

“Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.” (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Destaco este princípio da cooperação, pois a vontade de colaborar com a efetividade da execução é incentivada pela moderna legislação brasileira, que possibilita a solução da lide antes de ocorrer o choque entre os princípios da efetividade da execução e o da menor onerosidade. A este respeito vale destacar o princípio da proporcionalidade, a seguir tratado.

1.2.3 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Também deve ser ressaltado o “princípio da proporcionalidade” pois, como dito, o choque entre princípios é comum nas execuções, entre a “efetividade da execução” e “menor onerosidade ao executado”. Assim, “o princípio da efetividade choca-se muita vez com os princípios que protegem o executado,

como o princípio da dignidade humana, que, embora também sirva ao exeqüente, costuma ser invocado para fundamentar a existência de uma série de regras de tutela do executado, como, por exemplo, as regras que prevêm as impenhorabilidades; o princípio da segurança jurídica choca-se com o princípio da atipicidade dos meios executivos.”³⁰

Quanto à ordem de preferência, por meio do princípio da proporcionalidade, é possível relativizar a ordem prevista no art. 655 do Código de Processo Civil, podendo ora se interpretar em favor do exeqüente, ora em favor do executado, sopesando-se os princípios da efetividade da execução e o da dignidade da pessoa humana. “Num juízo de proporcionalidade, é preciso relativizar a ordem para que se sacrifique o mínimo possível os direitos de ambas as partes, tentando harmonizá-los da melhor maneira”.³¹

Assim, por exemplo, é vedada a arrematação de bem por preço vil, justamente para por a salvo o patrimônio do executado e, ao mesmo tempo, resguardar os interesses do exeqüente.

2. A EFETIVIDADE NA EXECUÇÃO E AS RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC

O ponto nodal deste trabalho é a evolução da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Contudo, é impossível fazer tal análise sem mencionar as recentes alterações do CPC, que permitiram a evolução na jurisprudência do Tribunal Superior, para conferir nítido aumento na eficácia da execução, seja a civil ou a fiscal.

³⁰ DIDIER, 2010, p.59

³¹ DIDIER, 2010, p.59

As Lei n. 11.232, de 2005 e a Lei nº 11.382, de 2006, trouxeram em seu bojo inúmeras alterações no Código de Processo Civil com a finalidade de conferir ao exeqüente uma efetiva prestação jurisdicional, dentre as quais destacam-se as analisadas nos próximos tópicos:

2.1) DO CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA CONDENAÇÃO

Dentre as novidades trazidas, destaco o cumprimento voluntário do “montante da condenação”, prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, que conta com o poder coercitivo da multa de dez por cento, no caso do “desconforto” do credor ter que mover a execução civil para ver satisfeito o seu crédito.

Determina a nova redação do Código de Processo Civil que:

“Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Art. 614. Cumpre ao credor, ao requerer a execução, pedir a citação do devedor e instruir a petição inicial:

II - com o demonstrativo do débito atualizado até a data da propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa; (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994)”

Com base nestes artigos (475-J c/c 614 do CPC) pode o credor – sem a necessidade dos demais atos processuais da execução civil – já recuperar o patrimônio que lhe é devido, agilizando a prestação jurisdicional.

Com efeito, não seria razoável ao devedor – sabendo que o valor devido está correto e já definitivamente julgado, sem possibilidade de qualquer outro recurso – utilizar dos embargos do devedor apenas para postergar o pagamento do feito e ver com essa atitude a aplicação da significativa multa de dez por cento do valor devido, acrescidos – é claro – dos juros, correção monetária e honorários advocatícios. Este singelo dispositivo processual trouxe para a prestação jurisdicional incrível melhora no pronto atendimento do demandante.

Cumprido ressaltar que a multa imposta não depende da vontade de aplicação do juízo, é norma cogente de aplicação obrigatória. O não pagamento após quinze dias da intimação implica – necessariamente – na incidência da multa punitiva. Ou seja, o juiz tem o dever de aplicá-la e não pode modificar o seu montante.³²

A coerção desta multa é semelhante a qualquer pena, já que o devedor, ao saber que será punido por não observar a decisão judicial, vê-se na contingência de cumpri-la.

No dizer de Fredie Didier Jr, “a lei fixa o prazo de quinze dias para o adimplemento voluntário da obrigação. Trata-se de prazo legal criado com o objetivo de determinar o momento a partir do qual o devedor será considerado inadimplente. O inadimplemento é um dos pressupostos para o início da atividade executiva. O devedor que não cumprir voluntariamente a obrigação nesse prazo

³² Cabe o registro de doutrinadores, como Marcelo Abelha Rodrigues, que entende ser possível a dispensa da multa “se o devedor demonstrar que, no prazo de quinze dias, não teve condições de desfazer-se do seu patrimônio, transformando-o em dinheiro. Poderia o devedor, por exemplo, oferecer bens como dação em pagamento.

ABELHA, Marcelo Rodrigues. **A terceira etapa da reforma processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 131

será considerado inadimplente e, então, poderá o credor, agora exequente, requerer o início do cumprimento forçado da sentença”.³³

Importante destacar que a intimação para pagamento do débito não precisa ser feita por “citação” do executado, pode ser feita até mesmo por diário oficial tendo como destinatário o advogado que representa o devedor. Em outro dizer, basta uma simples petição – sem qualquer pedido de citação ou pagamento de diligência para oficial de justiça – requerendo a intimação do patrono do devedor para pagar a quantia “x”, sob pena de aplicação da multa do art. 475-J do Código de Processo Civil, que o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento já começa a correr. Este proceder é altamente recomendável e eficaz para a pronta solução do litígio e satisfação do credor.

A propósito, Marinoni destaca que:

“Intimação para Pagamento. Qualquer forma que se preste a dar ciência inequívoca ao demandado (ou a quem o represente no processo) da condenação é suficiente para dar início à fluência do prazo de 15 (quinze) dias. A ciência pode ocorrer por conta de intimação pessoal do demandado, mas também pode assumir a forma de intimação dirigida ao advogado da parte. Não é necessária a intimação pessoal do condenado para que corra o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento da sentença condenatória ao pagamento de quantia.”³⁴

Outro ponto interessante a destacar é que o devedor não precisa pagar integralmente o valor devido. Se ele (devedor) entender que parte da dívida não é devida, pode pagar no prazo legal a parte incontroversa – que poderá ser imediatamente levantada pelo credor – prosseguindo-se a execução da parte controversa, incidindo – de igual forma – os 10% de multa punitiva sobre o valor residual.

É o que determina o art. 475-J, §4º do Código de Processo Civil:

³³ DIDIER, 2010, p.517.

³⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. **CPC comentado artigo por artigo** – Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 464.

§ 4º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput deste artigo, a multa de dez por cento incidirá sobre o restante. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Após a singela petição requerendo o pagamento voluntário, vencido o prazo para a quitação, pode o demandante requerer o prosseguimento do processo a fim de que se cumpra a sentença por execução forçada.

Por outro lado, se já iniciada a execução forçada e o executado – no prazo de três dias previstos no art. 652 do Código de Processo Civil – pagar a dívida, a verba honorária da execução fixada pelo juiz será reduzida pela metade (art. 652-A, § único do CPC). Cuida-se de mais um dispositivo que busca o cumprimento voluntário (agora na fase da execução) da dívida.

Segundo Fredie Didier Jr, “a diferença é que, no particular, em vez de buscar esse adimplemento voluntário pela imposição de uma ameaça, como ocorre com a previsão da multa legal a que alude o art. 475-J do CPC, o legislador optou por valer-se de um incentivo. É um exemplo do que se convencionou chamar de sanção premial, assim entendida a técnica por meio da qual se busca induzir o cumprimento voluntário de uma prestação mediante o incentivo.”³⁵

Encerro este ponto, portanto, destacando que o cumprimento voluntário da condenação foi utilizado pelo legislador processual como mecanismo de efetivo cumprimento da prestação jurisdicional que, utilizando da “ameaça” ou da “premiação” acaba atingindo o seu intento, qual seja, a rápida solução do conflito.

³⁵ DIDIER.2010, p.510.

2.2) DA NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA.

Outro ponto de destaque nas recentes reformas legislativas do Código de Processo Civil é a nova abordagem que se dá à penhora. Significantes mudanças ocorreram neste campo, destaco:

a) a obrigação de indicação dos bens pelo devedor, sob pena de se considerar como “litigante de má-fé” a conduta de não colaboração com a Justiça;

Mais do que querer condenar o executado em litigância de má-fé, este artigo tem a importância de justificar eventual penhora sobre dinheiro. Com efeito, se o devedor tem o dever de indicar bens à penhora e não o faz, evidente que não poderá (ou não prosperará) reclamar se o juiz determinar a penhora sobre o dinheiro do devedor.

Art. 600. Considera-se atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que: (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)

IV - intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

b) a possibilidade do credor – desde logo – requerer a penhora de bens determinados do devedor – inclusive dinheiro – ou seja, penhora on line;

475-J - § 3o O exequente poderá, em seu requerimento, indicar desde logo os bens a serem penhorados. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)

Art. 652. O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

§ 2o O credor poderá, na inicial da execução, indicar bens a serem penhorados (art. 655). (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

Interessante observar que antes da reforma processual, era conferida ao devedor a faculdade de escolher os bens a serem penhorados, no prazo de 24

(vinte e quatro) horas, contado da sua citação (art. 652, na sua redação originária).

Com a reforma promovida pelas Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, transferiu-se ao credor a prerrogativa de escolher e indicar bens à penhora.

c) a ordem cronológica para os bens penhoráveis, colocando o legislador dinheiro em primeiro lugar, com a possibilidade de bloqueio de ativos financeiros por meios eletrônicos, verdadeira revolução no âmbito jurídico que tem agilizado demais o andamento dos processos executivos.

Art. 655. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
(Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).

O exeqüente pode – desde logo – requerer a penhora sobre dinheiro, pois o art. 475-J, § 3º, do CPC confere ao credor a possibilidade de apontar bens do executado que podem servir à penhora e, evidentemente, dinheiro é o mais servil dos bens para a garantia do pagamento da dívida.

Evidentemente, os demais bens relacionados no art. 655 do CPC são outras opções do credor que, inexistindo dinheiro para ser penhorado, deverá se conformar com o resíduo do patrimônio do devedor.

A ordem prevista no art. 655 do CPC dirige-se, inicialmente, ao credor, restando ao devedor impugnar uma escolha com fundamento no art. 620 do CPC, de difícil aceitação hoje em dia nos Tribunais, pois “a escolha do bem a ser

penhorado deve ser feita considerando que o direito tutela o credor, inclusive para a facilidade e rapidez da execução”.³⁶

É importante observar que o executado pode requerer a substituição da penhora, mas esta não poderá trazer “prejuízo algum ao exeqüente”. (art. 668 do CPC: O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias, depois de intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exeqüente e será menos onerosa para ele, devedor (art. 17, incisos IV e VI, e art. 620).”).

Destaca Marinoni que se o credor requerer a “penhora eletrônica (art. 655-A, CPC), tem o juiz dever de ordená-la, tendo em conta que no direito brasileiro a penhora recairá preferencialmente sobre dinheiro (art. 655, I, CPC).”.³⁷

E a facilidade para o requerimento de tal penhora é traduzida pelo art. 655-A, do CPC, ao determinar que:

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Ou seja, inexistente sequer o problema de localização de bens do devedor, pois basta a determinação judicial para que se localize junto ao Banco Central a existência de ativos financeiros em nome do devedor.

A propósito, Marinoni destaca que “o problema da penhora de dinheiro seria o de que o exeqüente pode não saber se o executado tem dinheiro depositado, e, muito menos, o local em que esse depósito foi realizado. Esse

³⁶ DIDIER. 2010, p.581

³⁷ MARINONI, 2008, p. 465.

problema é resolvido expressamente pelo art. 655-A, CPC. Com efeito, se o exeqüente, para penhorar dinheiro, necessita saber se o executado possui – e em que local – dinheiro depositado, ele obviamente deve ter a seu dispor uma forma que lhe garanta essa verificação. Para viabilizar o acesso a tais informações, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho de Justiça Federal firmaram convênio com o Banco Central, por meio do qual os juízes com senhas cadastradas têm acesso, através da *internet*, a um sistema de consultas – desenvolvido pelo Banco Central do Brasil e denominado de Bacenjud.”³⁸

Portanto, a localização de bens do devedor ficou – com este artifício – bem mais simples. Não se pode alegar, com isso, violação à intimidade do executado, pois “caso o exeqüente não tivesse direito de saber se o executado possui conta corrente ou aplicação financeira, esse último certamente não teria dever de indicar à penhora dinheiro depositado ou aplicado.”³⁹

Comenta Fredie Didier Jr. que “a penhora *on line* não pressupõe a existência de perigo ou esgotamento da busca por outros bens, conforme já se disse no item sobre a ordem legal de preferência para a penhora. É medida simples e barata, que merece ser estimulada e que, a despeito da ausência de dados mais precisos, se tem revelado muito eficaz na praxe forense.”⁴⁰

A penhora *on line* permite ao juiz o acesso de informações sobre depósitos bancários do executado realizados em qualquer instituição financeira e localidade do País. Com isso, o magistrado fica com o poder de determinar o bloqueio do valor do crédito executado, situação impensável há 20 (vinte) anos.

³⁸ MARINONI. 2008, p.465.

³⁹ MARINONI. 2008, p 466

⁴⁰ DIDIER.2010, p.609

Digo vinte anos, pois, em se tratando de uma cadeia interdependente, o Legislativo segue a reboque da sociedade e a sociedade a reboque do Judiciário, que lhe socorre na aplicação da lei.

Neste jogo social de amadurecimento das teses jurídicas e do relacionamento humano, o Judiciário teve a coragem de decidir, sem que existisse lei específica, que o dinheiro seria penhorável onde quer que se encontrasse, inclusive, se necessário, averiguando as contas pessoais das empresas e de seus sócios. Esta tese encontrou muita resistência na jurisprudência, não podemos esquecer que o direito é conservador, no dizer do provérbio latino *stare decisis – stare decisis et quiescit non movere* – estar com as coisas decididas e não mover as coisas quietas.

Como ensina o Professor Sérgio Resende de Barros: “Em princípio, o juiz deve ficar com os precedentes decididos e não alterar as decisões aquietadas. Contudo, por sua natureza jurisprudencial, esse princípio não impede mudar os precedentes, quando o exigir a evolução do Direito. Por isso, não se deve entendê-lo como vinculação inexorável.”⁴¹

Daí porque merece aplausos a criativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que construiu ao longo dos anos (em especial na década de 90), campo fértil para as alterações legislativas.

Cito, por exemplo, o seguinte julgado relatado pelo Ministro José Delgado:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. RECUSA DE BENS NOMEADOS. POSSIBILIDADE. ORDEM PREVISTA NO ART. 11, DA LEI 6.830/80. PRECEDENTES.

⁴¹ TAVARES, André Ramos. e ROTHENBURG, Walter Claudius. (Coords.), **Arguição de descumprimento de preceito fundamental: análises à luz da Lei n.9.882/99**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 181.

1. Agravo regimental interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial da parte agravante.
2. O acórdão *a quo*, em ação executiva fiscal, asseverou ser possível ao credor recusar bem ofertado à penhora, tendo em vista não ter sido obedecida a ordem prevista no art. 11, da Lei nº 6.830/80, além de considerá-lo bem de difícil alienação.
3. Não tendo a devedora obedecido à ordem prevista no art. 11, da Lei nº 6.830/80, visto que em primeiro lugar está o dinheiro e não os bens indicados, é lícito ao credor a sua recusa e ao julgador a não aceitação da nomeação à penhora dos bens, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado. Precedentes.
4. Questão que é de simples aplicação da legislação pertinente e da jurisprudência seguida pelas egrégias Turmas deste Sodalício.
5. Agravo regimental não provido.”

(AgRg no REsp 511.367/MG, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 268)

A construção da jurisprudência permitiu a mudança na legislação, para passar a concluir que a requisição de informações ao Banco Central objetiva apenas permitir a penhora, que é inquestionável direito daquele que tem crédito reconhecido em título executivo, particularmente em sentença condenatória não adimplida. Não há qualquer violação de intimidade ao se obterem informações a respeito da existência de conta corrente ou aplicação financeira.

No mesmo sentido, entende João Batista Lopes, examinando as recentes alterações da legislação processual, que existem pontos positivos que devem ser destacados, a saber: *“eliminação da citação para cumprimento da sentença; possibilidade de indicação de bens pelo devedor; exclusão do efeito suspensivo na impugnação e nos embargos”*.⁴²

Feitas essas considerações, ainda que em rápidas pinceladas, passo a comprovar a evolução da jurisprudência no STJ.

⁴² LOPES, João Batista. **Sistema processual e efetividade da execução**. In: Revista de processo, v.33, n.156, p.325-330, fev., 2008, p. 328.

3. EVOLUÇÃO NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

3.1 NÃO ACEITAÇÃO DA “GARANTIA” PELO EXEQUENTE.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, anterior a 2005 entendia que cumpria ao credor demonstrar - justificar – os motivos da recusa do bem oferecido pelo credor, conforme recurso relatado pelo eminente Min. Otávio Noronha, em que determina: “A recusa de bens nomeados à penhora deverá ser feita mediante pedido justificado do credor, respeitando-se o princípio contido no art. 620 do CPC.” **(REsp 206.714/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2005, DJ 22/08/2005, p. 176)**

Mas a alteração da jurisprudência permitiu que “a gradação estabelecida no artigo 655 do CPC não tem caráter absoluto, motivo pelo qual não viola a lei processual a decisão do magistrado que, acolhendo a recusa do credor, indefere a nomeação à penhora de bens considerados de difícil e duvidosa liquidação **(REsp 235.883/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/05/2005, DJ 22/08/2005, p. 184)**

Este posicionamento mudou para o entendimento de que o credor pode recusar o bem ofertado pelo executado, desde que obedecida a gradação legal ou seja, em primeiro lugar vem dinheiro na lista de preferência, não apresentou dinheiro como garantia, o credor pode recusar tudo o que quiser.

A legislação permitiu que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça passasse a enxergar a execução como mecanismo de satisfação do interesse do credor, em detrimento da máxima prevista no art. 620 do CPC, conforme precedente:

TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – PRECATÓRIOS JUDICIAIS – PENHORA – ADMISSIBILIDADE – RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA – ORDEM DE PREFERÊNCIA – NÃO OBSERVÂNCIA – CABIMENTO – PRECEDENTES.

1. O STJ entende que créditos decorrentes de precatório judicial são penhoráveis, embora possa ter a nomeação recusada pelo credor pela não observância da ordem legal de preferência. Precedentes.
2. Oferecido bem à penhora sem observância da ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80, é lícita a não aceitação da nomeação à penhora desses títulos, sem ofensa ao princípio da menor onerosidade, pois a execução é feita no interesse do exequente e não do executado.
3. Agravo regimental interposto para atacar o mérito da decisão a que se nega provimento, aplicação de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (Questão de ordem apreciada em 25/03/2009 pela Primeira Seção no REsp 1.025.220/RS).
4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1172244/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/06/2010, DJe 22/06/2010)

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. FISCAL. PENHORA. PRECATÓRIO. ANUÊNCIA DO CREDOR. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 168/STJ.

1. Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o crédito relativo a precatório judicial é penhorável, mesmo que o órgão devedor do precatório não seja o próprio exequente.
2. Consolidou-se, por outro lado, a jurisprudência em que o precatório judicial equivale à penhora de crédito prevista nos artigos 11, inciso VIII, da Lei de Execução Fiscal e 655, inciso XI, do Código de Processo Civil e, não, à penhora de dinheiro, razão pela qual é imprescindível a anuência do credor com a penhora do precatório judicial, podendo a recusa ser justificada por qualquer das causas previstas no artigo 656 do Código de Processo Civil.
3. É que a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal inserta no artigo 11 da Lei de Execução Fiscal, uma vez que, não obstante o princípio da menor onerosidade ao devedor, a execução é feita no interesse do credor, como dispõe o artigo 612 do Código de Processo Civil.
4. "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." (Súmula do STJ, Enunciado nº 168).
5. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EREsp 1052347/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 01/10/2009)

Assim, com o advento da lei pelas Leis 11.232, de 2005 e a lei nº 11.382, de 2006⁴² o judiciário passou a dar novo enfoque à efetividade na execução, seja civil ou fiscal, para permitir que a escolha do bem penhorado deve ser do exeqüente e não do executado, que muitas vezes procurava procrastinar o pagamento oferecendo bens de difícil comercialização – ou em outras comarcas, fazendo com que as demandas se prolongasse – desnecessariamente – pelo tempo.

3.2) PENHORA DE DINHEIRO.

A evolução da jurisprudência também ocorreu – e muito – com a permissão legal de penhora em dinheiro, inclusive dos ativos financeiros.

Antes da lei 11.382, de 2006, inviável requerer a penhora de dinheiro sem exaurir todas as pesquisas pela localização de outros bens “menos onerosos” para o devedor. A propósito, vale citar os seguintes precedentes que ficaram para a história:

PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL - EXPEDIENTE DE OFÍCIO AO BACEN - NÃO-ESGOTADOS OUTROS MEIOS DE PENHORA – IMPOSSIBILIDADE DE EXAME – SÚMULA 7/STJ - RECURSO ESPECIAL NÃO-PROVIDO.

1. O art. 185-A do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar n. 118/05, prevê a necessidade de se exaurir as diligências *para a localização de bens passíveis de penhora. No entanto, constatando o Tribunal a quo que não foi demonstrado o esgotamento dos meios cabíveis no sentido de localizar bens do executado, não cabe a este Tribunal aplicar entendimento diverso, sob pena de analisar o conjunto fático-probatório dos autos.*

Incidência da Súmula 7/STJ.

2. *Precedentes: REsp 796.485, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 13.3.2006; Resp 780.365, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 30.6.2006; AgRg no REsp 983.788, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 14.12.2007; REsp 796.48, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 13.3.2006.*

3. Recurso especial não-conhecido.

(REsp 937.913/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 26/08/2008)

Assim, como dito, o art. 655-A, do CPC, foi incluído pela novel legislação, que permitiu o novo enfoque para o assunto, ao determinar:

Art. 655-A. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exeqüente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).

Passou a jurisprudência a adotar como regra a possibilidade de penhora *on line*, sem pesquisa de bens do executado. Comentários ao novo instrumento processual foram traçados pelos julgadores do STJ, destacando os seguintes posicionamentos, que bem resumem esta evolução:

“A Lei 11.382/2006, todavia, promoveu profundas e significativas alterações no processo de execução de títulos extrajudiciais, de que é exemplo a Certidão de Dívida Ativa (CDA), com o objetivo de resgatar a dívida histórica do legislador com o credor, devolvendo à prestação jurisdicional em tais hipóteses a efetividade outrora perdida.” (REsp 1100228/MA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, julgado em 17/03/2009, DJe 27/05/2009)

“Após as alterações promovidas pelas Leis 11.232/2005 e 11.380/2006, restabeleceu-se o equilíbrio entre as partes do Processo de Execução. Em outras palavras, readquiriu força o princípio segundo o qual “a execução deve ser feita no interesse do credor”. Isso não implica, porém, a revogação dos dispositivos da LEF ou do CPC.” (REsp 1166842/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 23/03/2010, DJe 08/04/2010)

Restou consolidado, nesta Corte Superior, por meio de julgamento de recurso representativo de controvérsia, o entendimento no sentido de que, a partir da Lei n. 11.382/06, a penhora on-line por meio do convênio Bacen-

Jud não está condicionada ao prévio exaurimento das medidas destinadas à localização de bens penhoráveis. (REsp 1180840/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/10/2010, DJe 05/11/2010)

Ademais, “A execução se opera em prol do exeqüente e visa a recolocar o credor no estágio de satisfatividade que se encontrava antes do inadimplemento. Em consequência, realiza-se a execução em prol dos interesses do credor (arts. 612 e 646, do CPC). Por conseguinte, o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, propiciando que a execução se realize por meios ineficientes à solução do crédito exeqüendo.” (REsp 1.000.261/RS, PRIMEIRA TURMA, DJ 03.04.2008). (AgRg no AgRg no REsp 1149180/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 23/09/2010)

Não tendo a devedora obedecido à ordem prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80, visto que em primeiro lugar está o dinheiro e não os bens indicados, é lícito ao credor a sua recusa e ao julgador a não-aceitação da nomeação à penhora dos bens, pois a execução é feita no interesse do exeqüente e não do executado. (AgRg no AgRg no Ag 1126925/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/08/2009, DJe 19/08/2009)

Em interpretação sistemática do ordenamento jurídico, na busca de uma maior eficácia material do provimento jurisdicional, deve-se conjugar o art. 185-A, do CTN, com o art. 11 da Lei n. 6.830/80 e artigos 655 e 655-A, do CPC, para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, independentemente do esgotamento de diligências para encontrar outros bens penhoráveis. Em suma, para as decisões proferidas a partir de 20.1.2007 (data da entrada em vigor da Lei n. 11.038/2006), em execução fiscal por crédito tributário ou não, aplica-se o disposto no art. 655-A do Código de Processo Civil, posto que compatível com o art. 185-A do CTN. (REsp 1074228/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2008, DJe 05/11/2008)

Mas o choque entre o princípio da máxima efetividade da execução e o da menor onerosidade persiste na jurisprudência, aceitando-se situações fáticas delineadas pelo Tribunal de origem, conforme precedente a seguir transcrito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO FISCAL – BEM OFERECIDO À PENHORA – ORDEM DE PREFERÊNCIA – ART. 655 DO CPC – ART. 11 DA LEF – FLEXIBILIDADE – MENOR ONEROSIDADE – ANÁLISE DE MATÉRIAS FÁTICAS – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte reconhece o direito de o exequente recusar os bens indicados à penhora pelo executado, desde que devidamente fundamentado.

2. Esta Corte já se manifestou por diversas vezes que a ordem de preferência estabelecida nos arts. 655 do CPC e 11 da LEF não é rígida, com a possibilidade de flexibilização em observância às circunstâncias fáticas de cada caso.

3. In casu, a Corte Estadual permitiu a mitigação da ordem de preferência e deferiu a penhora em atenção às circunstâncias fáticas do caso, e entendeu aplicável à espécie o princípio da menor onerosidade insculpido no art. 620 do CPC, visto o iminente dano que seria suportado pela empresa. A revisão deste entendimento encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Não tendo o agravante trazido qualquer argumento que pudesse infirmar a decisão agravada, esta deve ser mantida íntegra, por seus próprios fundamentos.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no REsp 1173168/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 03/09/2010)

Assim, percebe-se a evolução da jurisprudência no que toca à possibilidade da penhora de dinheiro do devedor, tornando expresso nos julgados mencionados que a execução é feita em favor do executado e que não há o direito a “inadimplência”, devendo-se sopesar o princípio da menor onerosidade, mas sem se esquecer do direito do credor em receber aquilo que lhe é devido.

CONCLUSÕES

Podemos concluir com este trabalho que:

1) Nas recentes alterações legislativas e políticas brasileira, destaca-se o intuito de dar maior efetividade as decisões judiciais.

2) Os poderes constituídos do Brasil, seja o Executivo, Legislativo e o Judiciário vêm se empenhando para dar maior efetividade às decisões judiciais, seja encurtando o processo, acabando com duas fases processuais distintas (conhecimento e execução, onde agora não se fala mais em “sentença terminativa, mas sim “resolução de mérito”), seja traçando metas de desempenho do Poder Judiciário, para dar correta aplicabilidade ao direito fundamental “à duração razoável do processo – art. 5º, LVIII, da CF.

3) A execução civil é a concretização do direito, seja com a vontade, ou contra a vontade do devedor, é a satisfação concreta de um direito de crédito, através da invasão do patrimônio do devedor.

4) A opção pelo meio menos gravoso pressupõe os diversos meios considerados sejam igualmente eficazes. Dentre os vários instrumentos processuais aptos à garantir a efetividade da execução, deve-se escolher a via menos onerosa ao executado.

5) O princípio da menor onerosidade parte do pressuposto de que nem todo devedor é desidioso. A situação de devedor é causada por “vicissitudes da vida” e indesejável a qualquer pessoa.

6) Tal princípio não pode ser considerado como “cláusula geral de proteção ao executado”. Sérgio Shimura adverte que “o princípio da dignidade

humana não serve de manto ao devedor caloteiro ou ao estelionatário, que se vale do processo única e exclusivamente para procrastinar indevidamente o pagamento da dívida ou enganar seus credores, obtendo vantagem indevida em detrimento daquele que ostenta justo título.”⁴³

7) O princípio da menor onerosidade invariavelmente entra em colisão com o princípio da efetividade da execução, que vem sendo interpretada e dirimida, principalmente, perante o Superior Tribunal de Justiça, em favor do exeqüente.

8) As Leis n. 11.232, de 2005 e a n. 11.382, de 2006, trouxeram em seu bojo inúmeras alterações no Código de Processo Civil com a finalidade de conferir ao exeqüente uma efetiva prestação jurisdicional;

9) Dentre as novidades trazidas pela novel legislação, destaco:

9.1) o cumprimento voluntário do “montante da condenação”, prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil, que conta com o poder coercitivo da multa de dez por cento, no caso do “desconforto” do credor ter que mover a execução civil para ver satisfeito o seu crédito;

9.2) a obrigação de indicação dos bens pelo devedor, sob pena de se considerar como “litigante de má-fé” a conduta de não colaboração com a Justiça;

9.3) a possibilidade do credor – desde logo – requerer a penhora de bens determinados do devedor – inclusive dinheiro – ou seja, penhora *on line*;

9.4) a ordem cronológica para os bens penhoráveis, colocando o legislador dinheiro em primeiro lugar, com a possibilidade de bloqueio de ativos

⁴³ SHIMURA, Sérgio. “O princípio da menor gravosidade ao executado”. **Execução Civil e cumprimento da sentença**, volume 2. Coordenadores Gilberto Gomes Bruschi e Sérgio Shimura. São Paulo: Médoto, 2007, p. 535.

financeiros por meios eletrônicos, verdadeira revolução no âmbito jurídico que tem agilizado demais o andamento dos processos executivos;

10) O exequente pode – desde logo – requerer a penhora sobre dinheiro pois o art. 475-J, §3º, do CPC confere ao credor a possibilidade de apontar bens do executado que podem servir à penhora e, evidentemente, dinheiro é o mais servil dos bens para a garantia do pagamento da dívida.

11) A jurisprudência anterior a 2005 entendia que cumpria ao credor demonstrar - justificar – os motivos da recusa do bem oferecido pelo credor, conforme recurso relatado pelo eminente Min. Otávio Noronha, em que determina: “A recusa de bens nomeados à penhora deverá ser feita mediante pedido justificado do credor, respeitando-se o princípio contido no art. 620 do CPC.” (REsp 206.714/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2005, DJ 22/08/2005)

12) Este posicionamento mudou para o entendimento de que o credor pode recusar o bem ofertado pelo executado, desde que obedecida a gradação legal ou seja, em primeiro lugar vem dinheiro na lista de preferência, não apresentou dinheiro como garantia, o credor pode recusar tudo o que quiser.

13) Após as alterações promovidas pelas Leis 11.232/2005 e 11.380/2006, restabeleceu-se o equilíbrio entre as partes do processo de execução.

REFERÊNCIAS

- ABELHA, Marcelo Rodrigues. **A terceira etapa da reforma processual civil**. Saraiva, São Paulo, 2006.
- CÂMARA, ALEXANDRE FREITAS, **Lições de Direito Processual Civil**, Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2009.
- CHIOVENDA, Giuseppe, **Instituições de Direito Processual Civil**, Bookseller, São Paulo, 2008.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil**. V. 3, 8. ed. Bahia: JusPodivm, 2010.
- DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL. **Execução Civil**, 5ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- LOPES, João Batista. **Sistema processual e efetividade da execução**. In: Revista de processo, v.33, n.156, p.325-330, fev., 2008.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **CPC comentado artigo por artigo** – Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- MEDEIROS NETO, Elias Marques de. **O artigo 475-J do Código de processo civil: aspectos polêmicos**. In: Revista dialética de direito processual, n.86, p.25-35, maio, 2010
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **“Tendências na execução de sentenças e ordens judiciais”** Temas de direito processual – quarta série, São Paulo: Saraiva, 1989.
- NEGRÃO, Theotônio. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor**. Atualização de José Roberto F. Gouvêa, com a colaboração de Luis Guilherme Aidar Bondioli. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica**. As grandes transformações do processo civil brasileiro : homenagem ao professor Kazuo Watanabe. p. 31-43. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

REHDER, Marcelo. **Custo Brasil, uma sobrecarga de 36%**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 de março de 2010. Disponível em: <http://www.economia.estadao.com.br>. Acesso em: 7 set. 2010.

ROCHA, Luiz Alberto G. S. **Novo perfil do Poder Judiciário Brasileiro**. Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 17, n. 67. abr./jun. 2009.

SHIMURA, SÉRGIO. “**O princípio da menor gravosidade ao executado**”. Execução Civil e cumprimento da sentença, volume 2. Coordenadores Gilberto Gomes Bruschi e Sérgio Shimura. São Paulo: Método, 2007.

TAVARES, André Ramos; ROTHENBURG, Walter Claudius (Coords.), **Arguição de descumprimento de preceito fundamental: análises à luz da Lei n.9.882/99**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder judiciário: crise, acertos e desacertos**. Tradução de Juarez Tavares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.